

# ÉTICA: ESSÊNCIA PARA A SUSTENTABILIDADE

Journal of Cleaner Production 8 (2000) 109-117  
Direitos reservados: Elsevier Science Ltd. PH: S0959-6526(99)00321-2

**Gabriela Oliveira de Paula**

UNICAMP-Instituto de Geociências/ gabriela@uol.com.br

**Rachel Negrão Cavalcanti**

UNICAMP-Instituto de Geociências/ rachel@ige.unicamp.br

**Abstract:** *This paper aims to demonstrate ethics as being an essential element in order to achieve sustainability. This will be taken throughout the crisis of the development model rhetoric upon which western society is established and with the foundation of information systems as interference factors to environmental consciousness.*

**Key Words:** Ethics, sustainability and information systems.

## I. Introdução

Basta observar o que está acontecendo com o mundo, para perceber que o modelo ocidental de crescimento econômico, fundamentado na eficácia e no crescimento ilimitado, é falho e não dignifica a maior parte da sociedade com as condições mínimas de vida.

A constatação da falha é traduzida na pobreza somada às condições de vida em um processo crescente de degradação social e ecológica associado, desde a Conferência de Estocolmo (1972), a 2/3 da humanidade. A causa dessa situação também relaciona-se à persistente miséria na maioria dos países, que por sua vez, agrava as situações que geram perdas ambientais, muitas delas irreversíveis, tanto econômicas, quanto sócio-culturais e ecológicas.

Sabe-se que os limites desse modelo não são relativos à disponibilidade de recursos materiais, tampouco são técnicos, mas vinculam-se ao limite da capacidade que o planeta Terra tem para suportar e absorver resíduos resultantes dos nossos sistemas de produção e de consumo. Ao mesmo tempo, esse mesmo modelo ocidental de crescimento econômico, contradiz a capacidade de saturação ambiental, pois as *“economias capitalistas dependem de que cada ano os consumidores gastem mais para ajudar o crescimento econômico. A contínua dependência em equipamentos ultrapassados para promover vendas significa que o crescimento econômico e a viabilidade de muitas companhias são, essencialmente, dependentes do lixo.”* (Durning, 1992)

Como também, sabe-se que bem distante do bem-estar comum e da justiça social, a globalização<sup>1</sup>, não incorpora a discussão social, pois aumenta a concentração de renda ampliando a desigualdade social e a insustentabilidade do meio natural. Globalização ou *mundialização*, como preferem os franceses, tem como uma de suas características principais o apego às leis do liberalismo econômico, cujas regras de funcionamento são ainda ditadas exclusivamente pelo mercado, pela competitividade.

Conforme Romeiro (1999), é preciso ter em conta que a real identidade dos indivíduos é definida pela qualidade das relações sociais comunitárias a que estão vinculados, pois seus relacionamentos vão muito além de “disposição individual a pagar” para ter muitas coisas diferentes, como supõem a teoria econômica convencional, mas também de relações de confiança e solidariedade para com os pobres, o futuro e os demais seres vivos. Por sua vez, essas relações são condicionadas pelos estímulos do ambiente sociocultural e institucional.

Portanto, devemos reconhecer a existência de limites absolutos à expansão do subsistema econômico e da continuidade desse modo de agir do homem nas esferas econômica, sociocultural e ecológica. Para que seja estabelecido um modelo fundamentado em valores que busquem a solidariedade, a fraternidade e a equidade social, nossa sociedade deve procurar novos referenciais éticos, que recriem a estrutura de sustentação de um modelo diferenciado do modelo econômico ocidental. Isto porque os valores que o suportam não são compatíveis com a sustentabilidade ambiental.

Todavia, para que uma sociedade questione os valores por ela adotados, os indivíduos devem ser ativos e ter consciência de si e dos outros. Esses agentes ativos conscientes primeiramente devem ser dotados de vontade própria. Depois, devem ter o senso de responsabilidade sobre suas ações e as conseqüências que elas possam provocar. Finalmente, devem ser livres, para poderem se autodeterminar, criando as suas próprias regras de condutas.

Contudo, só terão as qualidades supra citadas, se tiverem o instrumental básico que possibilite o reconhecimento dos valores: a educação. Esta por sua vez está em função da formação e da informação que vão gerar a conscientização. Para tanto, os sistemas de informação, as instituições sociais e os valores econômicos devem corresponder aos valores ambientais em sua dimensão ética.

## **II. Sustentabilidade**

As palavras sustentável e sustentado, freqüentemente são usadas de maneira indiferenciada, apesar de terem significados diferentes. Na verdade, quando nos referimos ao crescimento econômico autônomo (ou àquele que se auto-sustenta), estamos nos referindo a uma forma indefinida de crescimento, um crescimento que não reconhece limites, que não se

---

<sup>1</sup> Segundo Muzio (1997:3), “ (...)a atual dominação da concepção global objetiva fortalecer o estabelecimento de um único código de unificação do comportamento humano e abrir trilhas para a realização do maior sonho da economia de escala mundial. Como resultado deste processo, o “modelo econômico” alcança perfeição, isto não é apenas para descrever o mundo, mas efetivamente governá-lo. Sendo este a primeira essência do paradigma moderno do desenvolvimento e progresso do qual a globalização representa o estágio supremo de perfeição.”

diferencia por sua qualidade, portanto acaba sendo, em si, o oposto do que está proposto pelo desenvolvimento sustentável.

Sustentar significa prolongar a produtividade do uso dos recursos naturais, ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que se mantém a integridade da base desses, viabilizando a continuidade de sua utilização.

Sustentabilidade é o processo de se obter de modo contínuo condições de vida iguais ou superiores para um grupo de pessoas e seus sucessores em um dado ecossistema, portanto é um processo contínuo. A condição de não se prejudicar as gerações futuras, contida na definição de sustentabilidade (equidade intergeracional), determina que a sustentabilidade somente será verdadeira, se ela própria for deixada como herança para as próximas gerações. Nesse sentido, a noção de tempo, se incorpora às discussões. A equidade intrageracional, incorporada à discussão de desenvolvimento sustentável, é uma condição para que o mundo caminhe com mais facilidade em direção à equidade intergeracional.

Na definição de sustentabilidade, também está incluída a noção de limitações físicas ao uso produtivo dos recursos. A relação estreita entre esses limites que ameaçam o homem e a sustentabilidade associa-se às ameaças, dadas pelo próprio homem, de exceder a capacidade de suporte do planeta, resultante do padrão material de vida: consumo somado à falta de conscientização ambiental. Noorgard (1994) é enfático quando afirma que todos nós estamos ameaçados pela decadência dos sistemas globais de suporte à vida.

Porém, a definição de sustentabilidade deve reconhecer a distinção de três áreas: Social, Econômica e Ecológica. As questões sócio-econômico-ecológicas estão interrelacionadas, resultando em uma grande teia de relações que criam e destroem a matéria. Estas são interdependentes, e num primeiro momento devem ser aprofundadas por diferentes disciplinas, com métodos e leis diferenciadas. O segundo momento, correspondente à integração dos três enfoques, que se constitui no maior desafio colocado pelo desenvolvimento sustentável aos formuladores de política.

A ampliação da compreensão requerida por esta abordagem, impõem que sejam considerados como elementos da sustentabilidade o que os economistas chamam de capital natural; capital construído pelo homem; capital humano ou capital social e institucional, entendido não apenas enquanto trabalho, mas também como pessoas enquanto conhecimento, habilidades, bem-estar, saúde, motivação, além de suas instituições, organizações, estruturas, regras, normas e culturas.

Analisar a sustentabilidade do capital humano exige atenção, responsabilidade e cuidado redobrados, na medida em que inclui atividades econômicas e atividades de sustentação geral da vida humana, ou seja, aspectos de qualidade da vida humana, que se relacionam tanto com facetas materiais, quanto não materiais, que dependerão tanto de metas econômicas quanto não econômicas.

Da mesma forma, a sustentabilidade institucional é igualmente crítica, pois deverá requalificar o papel das instituições sociais na busca e promoção da sustentabilidade do processo de desenvolvimento, seu fluxo de serviços, sua própria manutenção de forma sustentável, ágil, livre de atividades ilegais e de corrupção.

No que diz respeito ao capital natural, outra ampliação é necessária em relação as suas funções. Ele não deve mais ser tratado apenas como provedor de insumos para a produção, mas também como provedor direto de serviços ambientais, além de receptor de resíduos que provém da produção e do consumo.

Dessa forma, a determinação das estratégias de desenvolvimento devem incluir três grandes objetivos a serem perseguidos contínua e simultaneamente: a equidade social, equilíbrio ecológico e eficiência econômica.

O primeiro passo para que possamos alcançar um processo contínuo de desenvolvimento sustentável, constitui-se na etapa de conhecimento das características da insustentabilidade, das causas dos problemas que a humanidade enfrenta atualmente. Dessa etapa, todos os segmentos da sociedade devem ser estimulados a participar, para que seja possível conhecer as diversas percepções dos problemas, ao mesmo tempo em que diferentes propostas e aspirações poderão ser consideradas no encaminhamento das soluções.

A insustentabilidade tem causas estreitamente vinculadas às organizações sociais e suas próprias atividades que são motivadas pelos valores por elas adotados, que, por sua vez, são condicionados pelas instituições sociais presentes nestas mesmas sociedades. Entre elas, os sistemas de informação, do qual falaremos mais adiante, por desempenhar um papel de fundamental importância (Sheng, 1997).

É certo que o conhecimento científico é indispensável tanto para melhor identificarmos os problemas atuais, quanto para a continuidade da busca de soluções técnicas e econômicas para eles. Contudo, não é suficiente, ao conhecimento científico deve-se juntar, conforme Proops (1997), *“sabedoria e ética para formular metas, vontade social para atingi-las e a maturidade de julgamento para percebê-las.”*

O mesmo autor faz outras recomendações no sentido de avançar em direção à sustentabilidade:

- ◆ deve-se ter claro a visão do estado do mundo em direção ao queremos avançar;
- ◆ são indispensáveis políticas criativas de longo prazo (mais de um século);
- ◆ é preciso reconhecer diferenças das estruturas econômicas e sociais, nas relações entre ambos e deles com a natureza;
- ◆ a formulação das políticas não deve prescindir da participação social, pois o consenso é um pré-requisito fundamental;
- ◆ consenso deve ser obtido de modo evolutivo, mediado pela educação e persuasão, porém sem coerção; para isso é essencial o exercício da liderança do poder político e da administração civil;
- ◆ metas e políticas serem estabelecidas, devem admitir que a reestruturação econômica é certamente um caminho a ser seguido, dado o estado atual do mundo, passando inclusive pela reestruturação dos padrões de consumo; esta é, segundo Proops (1997), *“uma questão de fé no bom senso da humanidade e na efetividade da educação.”*
- ◆ de forma coerente com as metas, devem ser identificadas políticas e instrumentos consistentes (impostos, subsídios, normas, licenças, etc);

- ◆ devem ser desenvolvidos indicadores econômicos, sociais e naturais, quantitativos e qualitativos que sejam eficientes para monitorar o desempenho das políticas;
- ◆ finalmente, as políticas devem ser revistas periodicamente, sob o marco da sustentabilidade; isso somente será possível se houver o reconhecimento de que decisões de longo prazo, são passíveis e invalidação, dado nosso estágio de ignorância, surgimento de novas técnicas de produção, mudanças nas relações e/ou institucionais.

Desenvolver esforços no sentido de propiciar a sustentabilidade da vida no planeta exige, portanto, uma nova racionalidade, muita diferente daquela racionalidade individualista que rege as relações entre compradores e vendedores no mercado, ou da racionalidade das relações de concorrência entre produtores, que sempre encontrava seu ponto de equilíbrio, seu ótimo (Pareto), independentemente de ter excluído e eliminado consumidores e vendedores do mercado. Tal dinâmica dependia de valores morais que sancionam esse tipo de comportamento e buscava principalmente a acumulação de riqueza material.

Devemos reconhecer que é a integração da variável ambiental, nos processos de tomada de decisões dos mais diversos segmentos, que tem permitido os avanços no sentido do condicionamento do comportamento de uma parte da sociedade, movida por outros valores, antes desconsiderados, tais como amor, a paz, a solidariedade e a fraternidade. São valores que em seu conjunto caracterizam a nova ética, indispensável, dada a dimensão do desafio que se associa às transformações por esse momento.

A nova ética é a condição para se alcançar o desenvolvimento sustentável, e somente dessa forma, a nossa civilização e a vida do Planeta serão salvas. Essa realidade pode determinar que a sustentabilidade ambiental se caracterize como o *“princípio organizador de uma nova ordem mundial”*. (Cavalcanti, 1996)

### III. Ética

A reflexão sobre a ética é fundamental para que possamos compreender a crise que atravessam as sociedades nos tempos de hoje. Isto porque do ponto de vista ecocêntrico<sup>2</sup>, a ética de nossas sociedades chega a ser anti-ética, uma vez que premissas morais estabelecidas no antropocentrismo e utilitarismo compõem sua configuração.

A moral tem a ver com conformação e obediência exigidas por uma certa ordem pré-estabelecida. O conjunto de comportamentos sociais é consagrado pela tradição, que se impõe aos indivíduos do grupo e se transmite através de gerações. Tanto o senso como a consciência moral referem-se aos valores e, portanto, às relações humanas, existindo como parte da vida intersubjetiva de cada indivíduo.

Esses valores estão intrinsecamente ligados à cultura de cada sociedade, pois a cultura define os valores positivos e os valores negativos a serem seguidos. Segundo Chauí (1995), a

<sup>2</sup> Segundo Milliot-Guinn (1998), *“a filosofia ecocêntrica adota a idéia que as pessoas tem a responsabilidade de respeitar todos os elementos naturais, e de minimizar os impactos de suas atividades no ecossistema e na biosfera”*.

cultura é resultante da interpretação que os seres humanos fazem de si mesmos e de todas as suas relações, inclusive com a natureza. Assim, o homem através do tempo tem acrescentado novos sentidos à natureza, dando-lhe valores, intervindo, provocando mudanças, depletando, degradando, mitigando, recuperando.

Apesar da constante confusão vocabular entre ética e moral, a significância da ética vai além da significância da moral. O vocábulo ética exprime estudos dos juízos de apreciação referentes à conduta humana susceptíveis de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativa a determinada sociedade, seja de modo absoluto (Holanda, 1986).

Conforme alguns pensadores, a ética se propõe a elaborar princípios de vida capazes de orientar o homem para uma ação moralmente correta e refletir sobre os sistemas morais elaborados pelos homens. *“A ética tem preocupações práticas e se orienta pelo desejo de unir o saber ao fazer. Como Filosofia prática, ela busca aplicar o conhecimento sobre o ser para construir o que deve ser, o que demonstra a interação dialética entre reflexão interior e ação exterior.”* (Chauí, 1995)

Diversas formações sociais e culturais estabeleceram conjuntos de valores éticos como padrões de conduta visando a garantia da integridade de seus membros e a conservação do grupo social. A dimensão ética é constituída pelo conjunto de valores e pelas obrigações que formam o conteúdo das condutas morais. Daí a manifestação da importância da reconstituição dos valores morais na nossa sociedade, isto porque a ação humana se desvinculou de uma racionalidade conforme valores ecocêntricos e o ambiente natural não foi concebido como um valor a preservar, mas como âmbito de domínio.

Infelizmente, não é raro que a origem cultural dos valores éticos, do senso e da consciência moral<sup>3</sup> passem despercebidos. Isso acontece porque tanto os valores éticos quanto o senso e a consciência moral são os meios do encadeamento de nossos pensamentos e juízos. Fomos criados à base de todo o seu conjunto e esculpidos com estas ferramentas. São esses valores éticos, senso e consciência moral que guiam a nossa conduta e comportamentos, independente de nosso maior ou menor grau de consciência do fato.

Para que os padrões morais sejam consagrados pela tradição, e mantidos através do tempo, estes passam a ser considerados elementos neutros, naturalizando-se numa sociedade histórico-cultural dinâmica, e ironicamente moralizada sob aspectos estáticos.

O que ocorre, como consequência desse processo de naturalização e absorção dos padrões morais é a dissimulação da ética, enquanto estática. A ética é dinâmica, pois sua criação é histórico-cultural, e por isso que ela busca adaptar-se à história que o próprio homem desenrola no tempo. *“A ética está implicada em uma ordem de não equilíbrio que busca sempre formas de adaptação novas. Esta busca de sintonia com a dinâmica das coisas e a atitude de abertura e de atenção às mudanças fundam a ética em distinção da moral.”* (Boff, 1996a)

A ética atende às condições históricas, econômicas, culturais e políticas da ação moral. Embora a ética seja universal para aquela sociedade que a instituiu, ela transforma-se com o tempo e a história para responder às novas demandas sociais. Todavia, uma vez que a ordem

---

<sup>3</sup> Consciência moral é um elemento que estabelece a capacidade para deliberação entre diversas outras alternativas possíveis (Chauí, 1995).

se enrijece, através de sua imobilidade temporal, a tendência é que esta se transforme em moralismo retrógrado.

Além do moralismo ser estático e rígido, pois não evolui e não se adapta às novas situações, por se basear em dogmas, também tem uma tendência absolutista e intolerante. “*A naturalização da existência moral esconde, portanto, o mais importante da ética: o fato de ela ser criação histórico-cultural*” (Chauí, 1995). Pois bem, o moralismo inibe mudanças comportamentais e pode dificultar o desenvolvimento do novo modelo fundamentado na ética.

A ética é um saber normativo dos atos humanos, pois trata-se de estabelecer normas moralmente obrigatórias que dizem respeito ao ambiente natural e social, ou seja, à vida. Suas normas visam a imposição de limites e controles ao risco permanente de atitudes prejudiciais e condutas danosas.

Essas atitudes e condutas danosas são provocadas por um homem ou por um grupo social, e supõe-se que este homem ou este grupo tenham tido o conhecimento prévio de seu objeto, dos efeitos de seus atos e, possivelmente das circunstâncias envolvidas. Entretanto, o fato de existir o conhecimento prévio em relação às suas atitudes e condutas, não significa que naquele homem ou grupo havia consciência moral.

Vale apontar que, o que uma sociedade define como conduta ética, uma outra com uma cultura bastante diversa pode dar-lhe conteúdos diferentes. Um exemplo extremo seria a aceitação cultural por parte de algumas sociedades da mutilação de mulheres para que estas não sintam prazeres sexuais ou da amputação das mãos em caso de roubo. E para tanto, há o consentimento da própria sociedade e a naturalização dos valores morais, pois estas são condutas que já foram consagradas pela tradição daquelas sociedades.

Inevitavelmente, para que haja conduta ética, é necessário que a ação parta de um agente consciente de si e dos outros. O agente inconsciente é naturalmente passivo, entretanto, muitas vezes, só o é porque não conhece, não tem informação, não dignifica a qualidade da ação por não estar sensibilizado com o assunto referido. É o caso dos ignorantes sem “educação”, famélicos, etc. Enquanto agente consciente, este é capaz de identificar o certo do errado, o bem e o mal, podendo a partir da responsabilidade e do comprometimento para com os valores, diferenciar conscientemente as propostas alternativas e seguir a que melhor lhe envolver.

Aqui podemos separar os agentes conscientes em dois grandes grupos: o primeiro seria o grupo dos agentes passivos e o segundo grupo seria o grupo dos agentes ativos. Embora os agentes de ambos os grupos sejam providos de capacidade de reflexão própria, responsabilidade, vontade e liberdade, os agentes passivos não os exercem, porque deixam-se governar pelas circunstâncias e porque são arrastados por impulsos.

Já os agentes ativos, são autônomos, avaliam sua própria capacidade, indagam, questionam, criticam os sentidos dos valores. Eles são responsáveis pelas suas ações, positivas ou negativas, reconhecendo-se como seus autores. Os agentes ativos têm consideração pelos outros e pelas coisas e recusam a violência. São estes os agentes que podem provocar mudanças de valores ou fins morais, são os voluntários da ação, pois são

capazes de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos e atos. Livres, eles exercem alterações na dimensão ética, através dos questionamentos morais.

Precisamos de agente ativos para confrontarmos com mudanças dos paradigmas culturais e politicamente estabelecidos. Para que façamos parte do grupo de agentes ativos devemos iniciar o nosso questionamento, indagando a própria ordem utilitarista e antropocêntrica que nos move, assim estaremos provocando o despertar dos valores endógenos<sup>4</sup>, para um dia então, aflorar o verdadeiro amor altruísta.

#### IV. Antropocentrismo

Provavelmente, um dos arquétipos coletivos mais antigos da cultura humana é a idéia do homem ocupar um lugar mais privilegiado no universo. O homem supremo considera-se senhor do universo e patrão da natureza e esta, sua serva. Foi em função da concepção que o próprio homem fez do universo, que ele lá se estabeleceu em posição de destaque. (Vaz, 1994:3)

O homem mostra-se uma forma superior de vida, porta-se como sendo essa forma superior de vida e se considera com todos os direitos em relação às formas consideradas inferiores (essas formas, às vezes, são seres humanos em condições disprivilegiadas na sociedade). Não tem consciência que direitos, todas as outras formas da criação também têm. Seria ético reconhecer o direito ao presente e ao futuro de todos os seres, mas o homem pressupõe que tudo se ordena a ele. E foi, exclusivamente, com base neste conceito antropocêntrico que até então se dava a relação entre vida humana e sua inserção no universo material.

*“O homem é o único ser capaz de definir conscientemente o seu lugar na natureza.”* (Vaz, 1994:5) Foi-lhe concedido vida inteligente e portanto, foi dotado de auto-consciência. A partir dessa premissa, o homem já deveria ter se tornado consciente da magnitude do universo e sua impotência para comandar a natureza. Segundo Boff, (1996b) *“Só o homem na criação se constitui num ser ético, pois só ele se faz responsável, só ele dá uma resposta à proposta que vem da criação. O ser humano vive eticamente quando renuncia estar sobre os outros para estar junto com os outros. Ele não é um ser só de desejos, mas também um ser de solidariedade e de comunhão”*.

Contrário à colocação de Boff, o homem moderno habita um mundo no qual o sistema de mercado é o seu guia. Este sistema é de sobrevivência e não de fraternidade, onde o “eu e você” encontram-se em uma mesma esfera, o mercado, enquanto consumidor e vendedor. A esfera na qual ele se adequa é a composta pelo “ou eu ou você”, é excludente, uma vez que esta esfera não foi concebida para incluir a todos.

A ética atual tem valores que não são compatíveis com o homem e a natureza, nem mesmo com o homem e o homem. Os valores que os homens devem adotar para que sejam bem sucedidos, não beneficiam o meio ambiente. Isto porque a maneira como o sistema econômico trabalha, até bem recentemente não inseria a variável ecológica, apenas utilizava-

---

<sup>4</sup> Os que vêm de dentro.

se da natureza como provedora de insumos materiais e energéticos para a produção e consumo. Todavia, a natureza atualmente começa a ser apreendida enquanto fornecedora de serviços e receptora de resíduos da produção e do consumo, sendo enfim essencial para a qualidade de vida.

Contudo, o homem toma a natureza como se esta fosse um simples sistema mecânico, que se auto-reproduz. Esquece que a sua relação é transformadora e modificadora. Resultado dessa relação imperativa é o desequilíbrio do sistema natural, pois na verdade o sistema que lidera a interrelação do homem com a natureza é o sistema de troca desequilibrado de matéria e energia de baixa entropia, por produtos e resíduos de alta entropia (Georgescu-Roegen, 1971).

Ademais, a relação do “ou eu ou você” está de acordo com todo um modo do cultivo da evolução humana, estabelecida a partir da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin<sup>5</sup>, a lei do mais forte, a lógica inquestionável da seleção natural dos seres. Segundo Ho (1997:49), *“é uma teoria que inspira um triunfalismo heróico nas classes dominantes e, ao mesmo tempo, inculca nas classes dominadas uma aceitação fatalística da ordem social existente. Se você for um capitalista rico, bem-sucedido em ganhar muito dinheiro, então é porque você está entre os favorecidos na batalha pela vida.”* Aqui, a base antropocentrismo incorpora-se com precisão ao sistema de mercado e à moral individualista.

Dotado de consciência, o homem deveria ser a principal testemunha da dignidade da vida e de seu valor. A hipocrisia acontece quando se compreende que o valor ético da vida dependente da concepção criada do universo pelo próprio homem onipotente.

Hoje o homem tem demonstrado ser ilimitado em seu desejo de ter assim não há fim aparente para as coisas materiais que o homem deseja e quer. Por isso mesmo que o ser humano utiliza-se do espaço físico-ambiental como um domínio ilimitado de exploração e exploração, de construção e destruição.

## **V. Conscientização**

É verdade que toda e qualquer atividade humana, econômica e sócio-cultural toma lugar num contexto biofísico e age sobre ele, interferindo na sustentabilidade ecológica. Portanto, seria importante que cada indivíduo fosse consciente de si e dos outros. Isto é, avaliasse quais seriam os efeitos de sua ação em relação às pessoas com quem convive, à sociedade com um todo e ao meio natural, pois todo e qualquer tipo de relação entre o homem e os meios biótico, antrópico e físico é que determina a intensidade e a qualidade de problemas ambientais.

Toda a ação é guiada por princípios morais. Contudo na modernidade a moral foi estabelecida em conceitos individualistas, onde cada indivíduo é legislador e juiz de suas ações. A moral individualista levou à multiplicação de desejos, ao consumismo, ao crescimento obsessivo, ao reducionismo da vida, a interferência humana no ínfimo nível da natureza, ao progresso material ilimitado. O homem iludido, se tornou protagonista do jogo

---

<sup>5</sup> “*The Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*”, 1859.

da desarmonia entre as esferas social, econômica e ecológica. Essa desarmonia é mais uma das variáveis da insustentabilidade do sistema, que resulta na iniquidade, na degradação social, ecológica, na exaustão dos recursos naturais, etc.

Em conseqüência do comportamento individualista veio a falta de envolvimento interpessoal, de comprometimento com os outros, de responsabilidade coletiva, enfim de conjunto. Tudo em concordância com a base moral do sistema de mercado que se opõe a uma ética da responsabilidade pública, desconsiderando outros seres vivos, depredando o meio natural e atendendo somente aos seus interesses particulares.

O que pode ser feito? Esse tipo de indagação, ainda que no âmbito pessoal, inicia o processo de mudança do plano da displicência para a responsabilidade consciente. Quando esse processo se inicia, o agente ativo demonstra que apesar de ser difícil apreender, a moral individualista, traduzida a partir da sociedade de consumo e da apologia ao reducionismo da vida, esta poderá ser detectada e então, ignorada quando existir a informação, a sensibilização e a vontade consciente de agir.

## **VI. Padrão de consumo**

Na atualidade, observa-se que a dinâmica e os valores adotados pelas comunidades está estabelecida principalmente pelas relações de mercado. Segundo Lebow<sup>6</sup> (Beder:161), *“nossa economia imensamente produtiva...demanda que façamos do consumo nosso modo de vida, que convertamos em rituais a compra e o uso de bens, que procuramos a satisfação espiritual, a satisfação de nosso ego em consumo. Nós precisamos de coisas consumidas, gastas, usadas, substituídas e descartadas numa escala cada vez maior”*.

O consumismo é puramente material e sua importância enquanto fundamentação na formação da consciência das pessoas, que vivem “aprimionadas” em busca de produtos que as diferenciem, impossibilita ou limita qualquer busca que vá além do objeto. Paul Ekins, um economista britânico, define a sociedade consumista como aquela em que *“a posse e o uso do crescente número de bens e de variedade de serviços compõem a principal aspiração cultural e certamente representam o caminho para a felicidade, status social e sucesso nacional”*. (Beder:193)

Em busca da felicidade, as pessoas são manipuladas pelo jogo do consumismo, que é condicionado principalmente pelos sistemas de informação, que aclamam explicitamente os valores que configuram a moral individualista, fortalecido pelo uso e abuso de fraquezas humanas, tais como o egoísmo, o orgulho, a vaidade e o poder. De acordo com Chauí (1995:337), *“do ponto de vista ético, somos pessoas e não podemos ser tratados como coisas. Os valores éticos se oferecem, portanto, como expressão e garantia de nossa condição de sujeitos, proibindo moralmente o que nos transformem em coisas usadas e manipuladas por outros”*.

Entretanto, a promessa de felicidade por satisfação material não se mostrou verdadeira. Easterlin, concluiu através da análise de pesquisas *Gallup e National Opinion Research*

---

<sup>6</sup> Victor Lebow: Retailing Analyst. Quoted in Durning pp.21-22, 1992.

*Center* (USA – apud Romeiro, 1999) que o crescimento da renda e da riqueza não têm sido acompanhado de um aumento da felicidade das pessoas, conforme era esperado. Ainda assim, as pessoas continuam na eterna busca pela a felicidade material.

Infelizmente, isto confirma que apesar de um conjunto de valores ser socialmente preservados, sua atuação/função é colocada num plano secundário nas atividades humanas, e controlado pelo sistema econômico dominante. “*São os valores econômicos que freqüentemente ditam quais atividades humanas devem ocorrer na maioria das sociedades.*” (Chauí, 1995).

Aqui temos uma inversão de funções, porque ao invés do homem ser o manipulador do capital, ele se comporta como se fosse o seu instrumento. O homem é capaz de determinar a inserção de valores produtivos na variável ambiental, pois é de homens que o mercado consumidor é constituído. Homens têm vida própria e capacidade de transformação.

É nesta retórica que o conflito se concretiza. Se o mercado consumidor é formado pelo conjunto de pessoas que consomem, pessoas essas que determinam a inserção de valores produtivos na variável ambiental. E se a utilização do recurso depende da força da demanda, por que é que o homem se torna tão impotente quando se trata de impor limites aos seus próprios desejos? Por que é tão difícil reconsiderar os valores morais quando a nossa própria qualidade de vida depende da recriação desses valores?

Porque os sistemas de informação vendem o sonho de realização, eles se tornam extremamente poderosos. Os sistemas de informação estão em todos os lugares, dentro e for a das casas, em cada meio de comunicação, influenciando e transformando os valores das pessoas. “*A propaganda explora as inseguranças individuais, cria falsas necessidades e oferece falsas soluções. Isso fomenta a insatisfação que conduz ao consumo: ‘consumidores aprendem incompetência pessoal e dependência nos produtores do mercado de massa’. Eles aprendem que ser um cidadão significa nada além do que ser um consumidor.*” (Beder, 1998:162)

## **VII. Sistemas de Informação**

Baseado nos princípios da Antropologia, nem todos os valores individuais são determinados pelo meio ambiente. Assim, ainda que os valores do liberalismo econômico, antropocentristas e individualistas sejam os valores que dominam a moral da sociedade moderna, as pessoas têm outros valores que não estes. “*Amor, beleza, verdade não são resultados de um condicionamento ou limitação de outros mestres; é algo completamente natural e que flui como água cristalina emergindo da fonte*” (Weil, 1998:21). Existem, pois, valores que devem ser potencializados, de modo a viabilizar a reintegração harmônica do ser humano no meio ambiental.

Apesar da moral ter se tornado individualista, ainda que a ética se apresente reduzida à esfera privada, existem conjuntos de princípios ou normas que estruturam as instituições modernas para que estas funcionem. Estes conjuntos de normas estão baseados nos valores adotados pela sociedade e são acionados pelos sistemas de informação. De acordo com Sheng

(1997), *“teoricamente, os sistemas de informação devem refletir os valores da sociedade; mas os valores em contrapartida, podem ser também influenciados pela informação. História, cultura, costumes, crenças e a crise ambiental são expressos pela informação. Embora instituições sociais condicionem decisões e atividades humanas, elas são incapazes de alterar valores fundamentais das pessoas.”*

A ideologia de consumo se torna tão perigosa porque através da propaganda, os sistemas de informação são capazes de transmitir ideologia nas coisas, substituindo a necessidade de ser pela necessidade de ter, como já apontou Sachs (1993). Se a ideologia dominante faz apologia ao individualismo, ao reducionismo, ao consumismo, então será esta a base ideológica dominante inserida na sociedade pelos sistemas de informação.

Desta maneira os sistemas de informação acabam se tornando cúmplices<sup>7</sup> da reflexão de uma sociedade não sustentável de valores morais inadequados e não representativos, uma vez que através deles os valores impróprios são transmitidos para as instituições sociais e as influenciam, moldando-as. Um exemplo apresentado por Kozol (1993) é a comercialização na educação das escolas americanas: *“Quando negócios entram na educação, então, vendem algo mais do que a marca de seus produtos. Eles ven dem um modo de ver o mundo e a si mesmo. Vendem o predizer no lugar do pensamento crítico...”*

Há a destruição dos valores “pré-liberalismo econômico” pelos sistemas de informação, isto é consequência de sua intencionalidade provida de moral própria. O referencial humanista e a compreensão da natureza estão aprisionados em um processo de erosão onde a ética da responsabilidade foi esquecida, e onde a ideologia traduz o mundo a partir do referencial antropocêntrico. Assim, o processo caracteriza-se dominador, altera o equilíbrio dos valores do homem, direciona as informações e inibe a capacidade de análise das mesmas.

Através dos sistemas de informação, os fluxos do individualismo, do reducionismo e do consumismo veiculam palavras de ordem que são mortais no que diz respeito ao nível de capacidade de processar, pois acabam com a capacidade de criação das pessoas, apagando as alternativas e possibilidades de re-avaliação dos valores. De acordo com Alan Durning (1993), *“despida na sua essência, a propaganda contemporânea possui três características salientes. Ela se alimenta das fraquezas de seu hospedeiro. E isto cria uma fome insaciável. O que leva a um consumo excessivo que o fragiliza. Na biologia, coisas dessa natureza são chamadas de parasitas.”*

Tal como vítimas e não cúmplices, os sistemas de informação devem ser constituídos com ética. Devem assegurar o compromisso, o envolvimento, a cumplicidade, a educação, a conscientização, a responsabilidade, o estímulo das relações fraternas e solidárias. Os sistemas de informação devem trazer o acesso às informações que levem em conta o conjunto e que abracem os diversos segmentos sociais, para que desta maneira, haja a transformação de valores.

Os valores do liberalismo econômicos formam o conjunto da referência que organiza o entendimento do homem no mundo, e a Terra reflete as consequências das ação do homem segundo esse conjunto de valores. Sabe-se que apesar de a termos como inquestionável, nem sempre a referência dos valores fora esta que nos guia. No momento da transformação de

<sup>7</sup> Porém, ao mesmo tempo, que se tornam cúmplices, são também vítimas, pois apesar de manipularem o homem no processo de consumo, os próprios sistemas de informação estão aprisionados neste mesmo campo de forças.

valores devemos saber quais valores que queremos conservar, para requalificar as interrelações.

Em razão da incapacidade das instituições sociais, da forma como estão constituídas atualmente, alterarem os valores fundamentais das pessoas e portanto modificarem comportamentos, é premente que as instituições se transformem. No entanto, a profundidade das mudanças institucionais exigidas conforme lembrou Sachs (1986), é mal aferida, não sendo claramente discutidas as condições objetivas que permitiriam o cumprimento de tal desafio. Para isso, será necessário compreender melhor as interações recíprocas entre as variáveis culturais, institucionais e organizacionais, nesse processo de mudanças cada vez mais condicionado pela problemática ambiental. (Romeiro, 1999)

Mudanças significativas já podem ser notadas na estruturação das instituições. Entre elas a organização de parte da sociedade em torno do trabalho voluntário designado como o Terceiro Setor, que passa a interferir de forma crescente nas diversas esferas de tomada de decisão. São pessoas ativas que se destacam por um nível de consciência mais elevado em relação à ineficiência do sistema para produzir justiça e equidade, além de manter a diversidade cultural e ecológica.

Outra mudança que apenas começa a ser notada, diz respeito à educação. Dada a sua extrema importância para a ampliação e aprofundamento da consciência ambiental e das exigências em relação à alteração de valores, as mudanças educacionais devem ser intensificadas. Através do conhecimento amplia-se a cada dia a constatação de que fenômenos ecológicos de pequena escala deram lugar a fenômenos globais. A compreensão metodológicas e as conseqüências desse fato resulta do reconhecimento de que a natureza é um sistema complexo composto por um grande número de elementos interconectados.

Uma vez mais, é a análise do objeto ambiental que produz essa mudança para uma visão sistêmica e dessa forma um novo paradigma científico metodológico aparece para integrar os diferentes campos do conhecimento, traduzido pela abordagem da interdisciplinaridade.

*“A abordagem interdisciplinar vem questionando a própria filosofia do ensino, desfazendo a ideologia do modelo de superespecialização. A educação ambiental não se adequa aos limites impostos pelas disciplinas e currículos considerados isoladamente e à organização do conhecimento em departamentos compartimentados.”* (Maimon, 1993:29) Enquanto a educação estiver de forma predominante aliada às instituições que por sua vez fazem aliança com o poder político e econômico, ela continuará a ser alienante enquanto um amontoado de informações que não libertam os homens dos valores e práticas atuais da civilização industrial.

O princípio que carrega a distinção das relações tem a ver com desejo, por isso mesmo que há uma profunda necessidade de se fazer uma revisão dos valores em busca da humildade para que o homem faça sentido junto ao universo.

O homem deve trabalhar em busca de mudanças de valores, para alterar o sentido antropocêntrico do sistema em sentido ecocêntrico. Isto significa que cada um de nós deve se assumir como agente modificador e se colocar como elemento integrante de um sistema sócio-econômico-ecológico sustentável. Este sistema deve adotar valores que visem o

equilíbrio do sistema terrestre, o “eu e você” e o respeito pela vida, isto porque, a vida deve ter seu valor justificado por si mesma.

Para tanto precisamos que a moral individualista e antropocêntrica convirja para uma ordem ecocêntrica, uma vez que ela não é compatível com um ambiente sustentável. A tarefa consiste em lutar contra os desafios do consumismo e do antropocentrismo e priorizar os valores quase esquecidos, tais como o amor, a fraternidade e a solidariedade em direção à promoção do meio ambiente sustentável.

Assim se estabelecerá uma ética ambiental, uma ética que busca a integração das esferas social, econômica e ecológica, em outras palavras, uma nova ética em busca de sustentabilidade.

## Bibliografia Referenciada

- BEDER, Sharon, *Global Spin, the corporate assault on environmentalism*. Green Books Ltd. Foxhole, Dartington - UK, 1997.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*. Editora Ática, 1996 a.
- \_\_\_\_\_ *Ecologia, Gritos da Terra, Grito dos Pobres*. Ed. Ática, 1996 b.
- CAVALCANTI, Rachel N., A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável, Casos da Companhia Vale do Rio Doce. USP, Escola Politécnica; Dept. de Engenharia de Minas. São Paulo. 1996.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. Unidade 8 - capítulo 4; “O mundo da prática”. Ed. Ática. SP, 1995.
- DURNING, Alan. *Can't live without it*. World Watch 6. (3):10-18. 1993. (In Beder)
- HO, Mae-Wo. *Genetic Engineering Dreams or Nightmares?* New Delhi, RFSTE/ Third World Network, 1997.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the Economic Process*. – In DALY, H. *Economics, Ecology, Ethics*. Essays Towards a Steady-State Economy. 1980.
- HOLANDA, A.B., *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª ed, 1986.
- KOZOL, Alan. *The sharks move in*. New Internationalist, October, 8-10. 1993. - In Beder.
- MAIMON, Dalia. *A economia na compreensão dos fenômenos ambientais*. Interdisciplinaridade: (Re)invenção de um Saber. UFPa, NUMA. 1993.
- MILLIOT-GUINN, Shawna. *Dimensions éthiques et logiques d'action de l'éco-management*. Annales des Mines, janeiro/1998.
- MUZIO, Gabriele. *Globalisation as the Stage of Perfection of the Modern Paradigm. A Possible Strategy to Survive the Coherence of the Process*. São Paulo, abril de 1997.
- NORGAARD, Richard B. *Development Betrayed: the end of progress and a coevolutionary revisioning of the future*. New York: Routledge, 1994.
- PRIGOGINE, Ilya, *Order Out of Chaos*. Batntam Book / April 1984.
- PROOPS, Jonn, *Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável*. In: Cavalcante, C. São Paulo. 1997.
- ROMEIRO, Ademar R. *Desenvolvimento Sustentável e Mudança Institucional: notas preliminares*. CNPq/IE – Unicamp, 1999.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- \_\_\_\_\_ *Estratégias de transição para o século XXI*. São Paulo: Nobel/FUNDAP, 1993.
- SHENG, F. *Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável*. In: Cavalcante, C. São Paulo. 1997.
- SUNKEL, Oswald. *Environment, crisis and development planning*. In: Economic Commission for Latin America and the Caribbean. The environmental dimension in development planning. Santiago: ECLAC/ILPES/UNEP, 1990.
- VAZ, S.J. Lima, *O ser humano no Universo e a dignidade da vida*. 1994.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. Ed. Estação Liberdade. São Paulo (97). Publicado originalmente em 1977.
- WEIL, Pierre. *A nova ética*. Ed. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1998.